

A evolução da dívida de Minas Gerais



Pedro Henrique Magalhães Azevedo



Do que trataremos

- Evolução do saldo;
- Moratória de 1999;
- A bifurcação de 2005;
- Mudança dos indicadores em 2014;
- Ajuste e suspensão em 2017;
- Liminares de 2018;
- Dívida flutuante e DEA.

Um pouco de história



VALORES EM Cr\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	1982
1. DÍVIDA INTERNA	161.604	13.884
1.1 ORTM	115.415	1.648
1.2 Contratos	34.646	693
1.3 Flutuantes	11.543	11.543
DÍVIDA EXTERNA	80.930	1.207
3. TOTAL DA DÍVIDA	242.534	15.091
4. PERCENTAGEM	100,0	6,2

FONTE: DTE/AE/SEF

— A dívida interna do Estado por ORTM, a de maior peso relativo, não traz maior preocupação: tratam-se de títulos com bom posicionamento no mercado, que permitem ótima margem de reaplicação dos papéis que vencem (100% nos últimos anos), e flexibilidade na obtenção de novos recursos, pois não há vinculação específica a programas, e cada nova emissão a prazos mais longos permite maior alongamento do perfil;

Um pouco de história

Dívida com prazo de vencimento curto



Ausência de vinculação:
financiamento de débitos
de tesouraria

Exposição realizada na Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa de Minas Gerais em 30 de novembro de 1982.

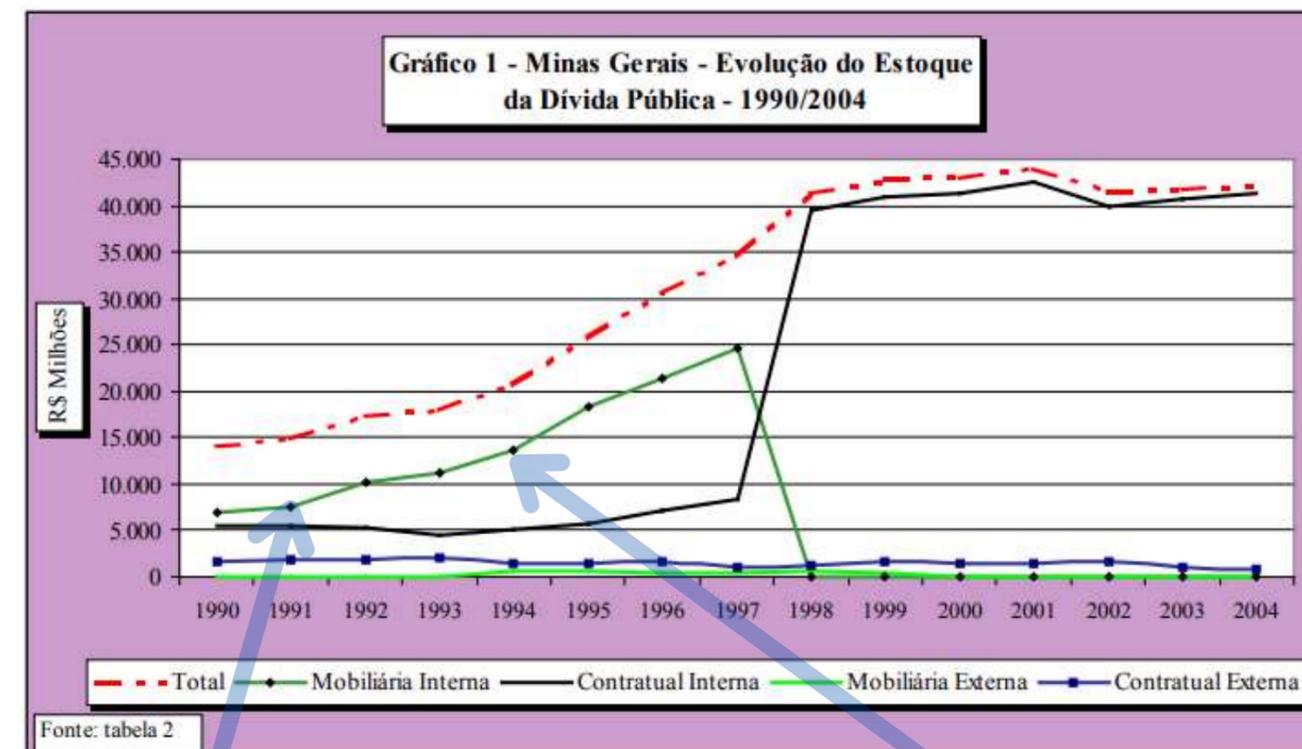
– A dívida interna do Estado por ORTM, a de maior peso relativo, não traz maior preocupação: tratam-se de títulos com bom posicionamento no mercado, que permitem ótima margem de reaplicação dos papéis que vencem (100% nos últimos anos), e flexibilidade na obtenção de novos recursos, pois não há vinculação específica a programas, e cada nova emissão a prazos mais longos permite maior alongamento do perfil;

**DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS:
RESULTADOS APÓS OITO ANOS DA RENEGOCIAÇÃO DE 1998**

Flávio Riani *
Silvana Maria Mendonça de Andrade**

Todavia, na década de 80, a interrupção desses fluxos de recursos e a restrição orçamentária da União induzem os estados de maior poder aquisitivo, como o caso de Minas, a captar recursos no mercado interno por meio de emissão de títulos. Essa alternativa é amplamente utilizada, passando a ser a principal componente de aceleração da dívida dos estados, principalmente no início da década de 90.

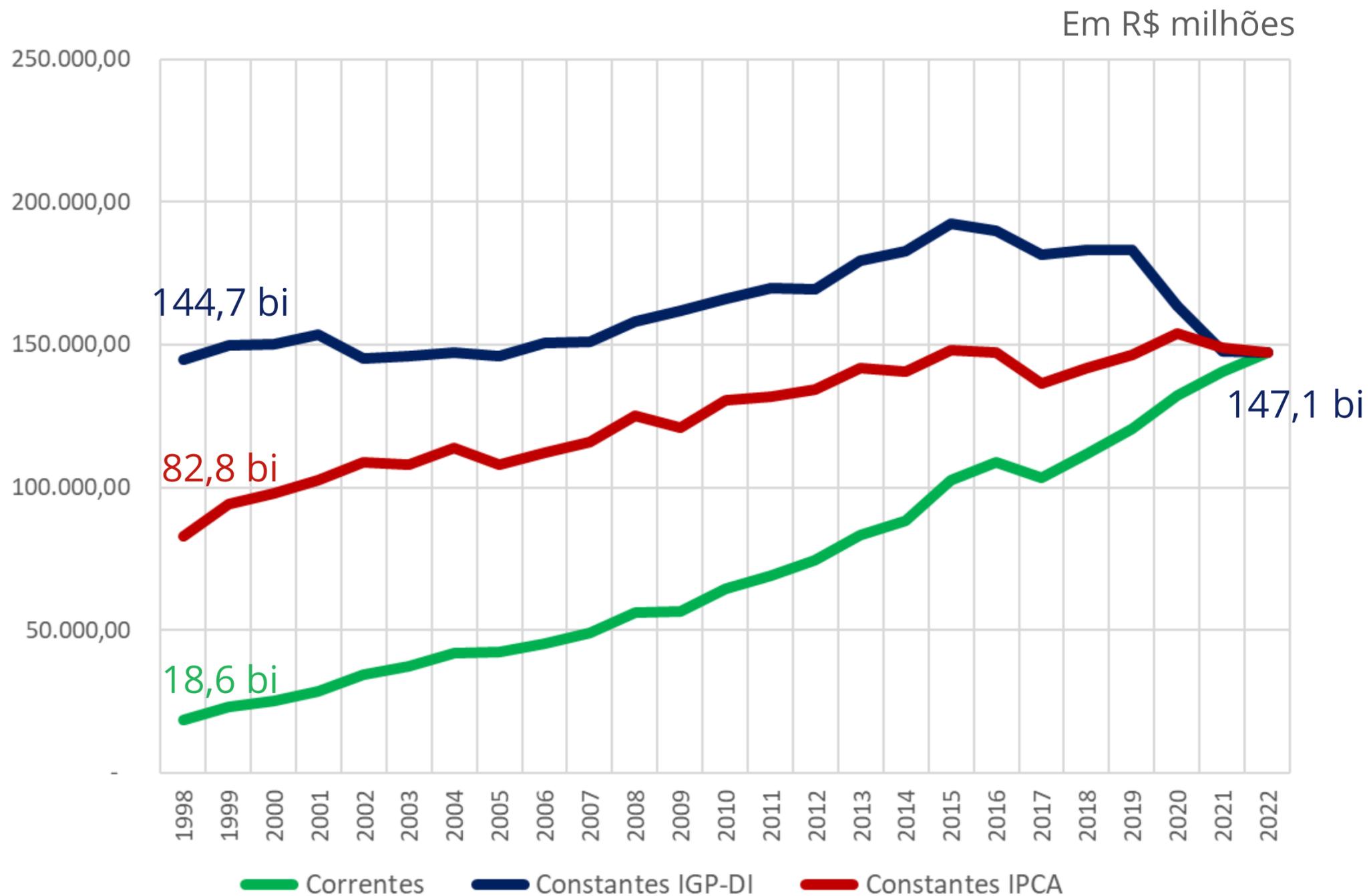
Um pouco de história



Conversão de ORTN
(crescimento de 48% do estoque em 3 anos)

Controle da inflação
Fim do "Efeito Tanzi às avessas"

Evolução do saldo da dívida contratual



Fonte: Relatório Técnico BGE 2022 - TCEMG

Fatores agravantes



Orçamento engessado

Pessoal = 80% RCL



Teto de pagamento

13% da RLR

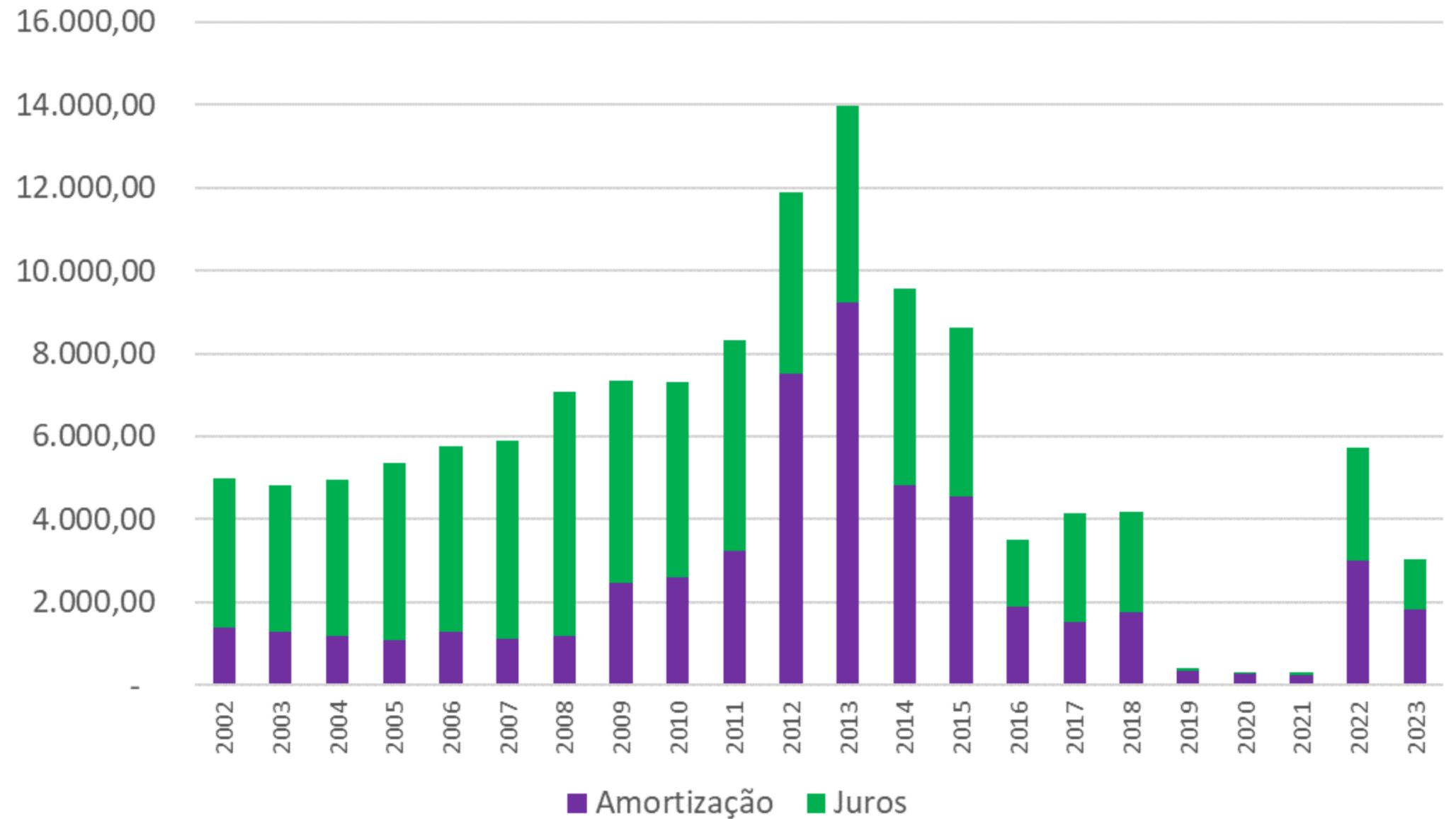


Fator de atualização e juros

IGP-DI + 7,5%

Evolução dos Pagamentos

Em R\$ milhões



Fonte: Portal da Transparência - MG
(valores atualizados pela Tabela do TJMG)

Moratória de 1999

• Retenções:

- FPE;
- Transf. voluntárias;
- Acesso a crédito;

• Missão abortada:

- Incremento 2% ICMS;
- Superávit

■ Mas para usar onde?

Itamar confirma moratória de dívida de Minas

COLUNA DO ESTADÃO

Da disputa entre PFL e área econômica pela presidência da Caixa Econômica Federal fica a certeza de que o maior responsável pelo imbróglio é mesmo o vice-presidente Marco Maciel. O nome de Emílio Carrazai, vetado pelo ministro Pedro Malan, surgiu como uma indicação do vice. Primeiro erro. O vice, se queria mesmo o técnico pernambucano na presidência da instituição, teria que apresentá-lo de forma quase que impositiva e não apenas como sugestão. Prevaleceu mais uma vez o "estilo tucano" de Maciel de não se comprometer muito.

São os próprios companheiros de partido do vice que admitem que houve omissão da sua parte no caso da indicação de Carrazai. Ele não teria sido afirmativo e categórico, como o cargo que detém permite e como a indicação do partido exigia. Outro erro teria sido o vazamento do nome de Carrazai antes das negociações com a equipe econômica. Qualquer que seja o resultado dessa operação, que nos últimos dois dias acabou mobilizando todo o PFL, ficará registrada a maneira como o presidente Fernando Henrique permitiu que a área econômica tratasse seu mais fiel aliado no Congresso.

Sem entrar no mérito da indicação de Emílio Carrazai - e certamente a equipe econômica tem seus motivos para vetar o nome - o fato é que FHC começou seu segundo mandato tendo problemas justamente com o PFL. Que no primeiro mandato era seda pura.

Em cena
O líder pefelista Inocêncio Oliveira estava distante dessa polêmica sobre a indicação do partido para a presidência da Caixa. Depois de almoço com Jorge Bornhausen e Marco Maciel foi motivado a defender Emílio Carrazai. Não se sabe bem porque.

Nem pensar
O PFL não deve manter a esperança de que Fernando Henrique ainda poderá criar o ministério do Desenvolvimento e entregá-lo a um pefelista. A mais de um interlocutor FHC já disse: "Não posso mais dar ministério ao PFL; já dei demais."

Sondagens

Os ministros do PMDB que irão almoçar amanhã com o governador Itamar Franco em Belo Horizonte vão com a missão de aproximar o ex-presidente de FHC. E quem sabe com a promessa de que poderá haver "uma suave" renegociação da dívida de Minas. Se o assunto sair da polêmica, é claro.

A reunião de amanhã poderá resultar até num encontro de Itamar com FHC. Quem conhece o governador mineiro, porém, garante que ele só aceita se o convite partir do próprio FHC.

Primeira peça

O presidente Fernando Henrique já enviou ao governo dos Estados Unidos o pedido de agrément do embaixador Rubens Barbosa. Se aceite, ele deverá ocupar a embaixada em Washington em maio.

Para o lugar de Barbosa em Londres irá o embaixador Sérgio Amaral. E o atual embaixador em Washington, Paulo Tarso Flecha de Lima, irá para Roma.



Em campo

Fernando Henrique telefonou ontem a alguns tucanos mineiros. Sugeriu que falassem bastante no Congresso sobre a polêmica criada por Itamar Franco em torno do refinanciamento da dívida. Mas nada que colocasse o ex-presidente em situação muito ruim.

Agitando

Leonel Brizola estará segunda-feira em Brasília para discutir com a bancada do PDT no Congresso - a velha e a nova - o destino da Frente de Oposição. Ele ainda não digeriu o encontro de FHC com Lula, em dezembro.

Quer discutir também a criação do Ministério da Defesa.

Em estudo

O ex-ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, poderá ganhar o cargo de representante do Brasil na Unesco, em Paris.

Conta com apoio de Ruth Cardoso, amiga de longa data.

Briga feia

A três semanas da eleição das Mesas da Câmara e do Senado, a briga interna nos partidos é grande. O PPB paulista, que não contava com a derrota de Paulo Maluf nas eleições, está jogando pesado para conseguir de volta o cargo de segundo-vice-presidente da Câmara, que está com o PPB de Pernambuco. Até no PFL tem briga para mudar os seus representantes.

Possibilidades

O decreto estabelecendo a moratória deve ser publicado ainda nesta semana no Diário Oficial do Estado. Aliados do ex-governador Eduardo Azeredo, que está em férias, convocaram a imprensa, ontem, para rebater as críticas feitas por Itamar à gestão tucana. Segundo o ex-secretário do Planejamento Marcos Pestana, no contrário do que se diz o

Governador divulga nota decretando suspensão por 90 dias do pagamento de R\$ 18,5 bilhões à União

IVALDO MAGALHÃES

BELO HORIZONTE - O governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), confirmou ontem a decretação de moratória no Estado, suspendendo por 90 dias, contados a partir do dia 1, o pagamento de todas as dívidas. A medida, tomada "por absoluta falta de dinheiro", nas palavras do governador, inclui os R\$ 18,5 bilhões que o Estado deve à União. A quantia havia sido renegociada pelo então governador Eduardo Azeredo (PSDB), antecessor de Itamar, para quitação em 30 anos, com juros de 6% e 7,5% ao ano.

Em nota oficial divulgada no fim da tarde, Itamar sustenta que o motivo para a moratória é o "caos financeiro" em que teria encontrado a administração. Ele também desafiou o governo federal, garantindo não temer retaliações por parte do Palácio do Planalto, como a suspensão dos repasses do Fundo de Participação dos Estados e o confisco de parte da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - medidas previstas no contrato de refinanciamento da dívida.

"As ameaças de retaliação por parte do governo federal não nos intimidam e não nos preocupam", escreveu o governador mineiro. "Se elas se concretizarem, nós saberemos como nos comportar e estudaremos os meios disponíveis para impedir que, como o caos financeiro, o caos social também se instale em Minas Gerais." Itamar concluiu o texto em tom de confronto: "Isso não admitiremos jamais."

O débito de R\$ 18,5 bilhões corresponde à dívida mobiliária e ao empréstimo obtido para a reestruturação do sistema financeiro estadual. "Desde o momento em que tomamos conhecimento do caos que se instalou principalmente na administração financeira do Estado de Minas Gerais e que determinamos ao nosso secretariado medidas emergenciais de ajuste dos gastos públicos, não recuamos, nem iremos recuar de nossa decisão", garantiu Garotinho, que confirmou sua presença na reunião.

Além do pedetista e de Itamar, participaram do encontro os governadores do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT); de Mato Grosso do Sul, José Orcirio Miranda dos Santos, o Zeca do PT; do Acre, Jorge Viana (PT); de Alagoas, Ronaldo Lessa (PSB); e do Amapá, João Alberto Capiberibe (PSB). Garotinho garantiu que até mesmo aliados do presidente Fernando Henrique Cardo-



Itamar: "Ameaças de retaliação não nos intimidam nem nos preocupam"

dos principais aliados de Azeredo, criticou duramente a moratória decretada por Itamar. "Pedir moratória é fácil", comentou. "Difícil é governar com dificuldades, como fez a safra anterior de governadores."

Movimento - A atitude de Itamar pode não ficar isolada. O movimento em defesa da moratória começou a crescer e deverá ganhar contornos mais nítidos no dia 18, quando Itamar será o anfitrião de uma reunião com outros seis governadores do bloco de oposição, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. O governador do Rio, Anthony Garotinho (PDT), disse que poderá ser aprovada, durante o encontro, uma declaração conjunta pela suspensão do pagamento das dívidas dos Estados com a União. "Acho que se está desenhando um confronto por parte de muitos governadores", previu Garotinho, que confirmou sua presença na reunião.

Além do pedetista e de Itamar, participaram do encontro os governadores do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT); de Mato Grosso do Sul, José Orcirio Miranda dos Santos, o Zeca do PT; do Acre, Jorge Viana (PT); de Alagoas, Ronaldo Lessa (PSB); e do Amapá, João Alberto Capiberibe (PSB). Garotinho garantiu que até mesmo aliados do presidente Fernando Henrique Cardo-

ENCONTRO PREPARATÓRIO ANTES DE REUNIÃO DIA 18

so podem engrossar o movimento em defesa de nova revisão dos contratos com a União, para a rolagem dos débitos estaduais.

"Recebi vários telefonemas de colegas ligados ao governo federal e alguns deles disseram que não desejam o confronto, mas acreditam que isso será inevitável", contou Garotinho. Mas ele não quis revelar os nomes dos governadores com os quais conversaria, sob a alegação de que provocaria constrangimentos. "O ministro Malan (Pedro Malan, da Fazenda) precisa entender que não pode pôr governadores que, em tese, são aliados, nessa situação", reclamou.

Antes da reunião do dia 18, porém, os oposicionistas pretendem definir uma pauta para a discussão em Belo Horizonte. Por isso, Itamar telefonou

para o gaúcho Olívio Dutra, na noite de terça-feira, e acertou com ele um encontro preparatório no dia 15, em Porto Alegre. A ideia é reunir nesse dia os secretários da Fazenda dos Estados que desejam renegociar suas dívidas com o Planalto. Na ocasião, será redigido um texto com as propostas dos governadores para três assuntos: dívidas, reforma tributária e combate à guerra fiscal.

O Rio Grande do Sul não deverá pagar a parcela de R\$ 38 milhões da dívida com a União, que vence no dia 15. Indagado

se o governo teria dinheiro para quitar essa parcela - que é parte dos R\$ 57 milhões referentes à dívida mobiliária -, Olívio repetiu quatro vezes a seguinte resposta: "Vamos trabalhar a questão da repactuação da dívida pública numa relação direta com a Presidência da República depois da reunião com os governadores no dia 18."

Fronteiras - O petista definiu o débito como "insustentável" e disse que o encontro de Belo Horizonte, combinado com Itamar, poderá ser ampliado para além das fronteiras da centro-esquerda. "Vamos conversar com quantos forem necessários para restabelecer o pacto federativo", insistiu. "Há governadores eleitos pelos partidos que dão sustentação ao governo no Congresso que estão em situação semelhante e, em alguns casos, até pior."

Garotinho prevê um cenário de conflitos e problemas, caso os Estados declarem moratória conjunta de suas dívidas. "Imagine se os governadores decidirem pelo não-pagamento das dívidas: o governo federal poderá bloquear as receitas dos Estados e, em consequência disso, os governadores ficarão sem dinheiro para pagar os funcionários." Para ele, se o Ministério da Fazenda não for "flexível", Fernando Henrique vai perder até mesmo os aliados. O governador do PDT disse que levará propostas para a reunião do dia 18: adiamento de seis meses a um ano para o início do pagamento da dívida e auditoria do valor dos débitos.

O governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, afirmou que o Estado não tem a menor condição de pagar a dívida feita com a União, na forma em que foi negociada. São quase R\$ 3 bilhões, com juros e amortização que consomem mensalmente perto de 17% da arrecadação. No fim de cada ano, isso soma um total de R\$ 86,445 milhões em uma arrecadação anual de R\$ 970 milhões. Zeca quer que seja fixado um teto de no máximo R\$ 10 milhões para a quitação dos serviços da dívida.

Esse é um dos assuntos que ele vai tratar amanhã com os governadores de Mato Grosso, Dante de Oliveira (PMDB), e Goiás, Marconi Perillo (PSDB). Também estão na pauta de discussões o Projeto Bird-Pantanal, Lei Kandir, desenvolvimento do Centro-Oeste, projetos de irrigação e reforma agrária. A reunião é uma preparação para o encontro do dia 18, em Belo Horizonte.

Colaboraram Vera Rios, Gilmar Mendes, Agnaldo Azeiteiro e João Naves de Oliveira

Três Estados concentram metade do débito

MG, RJ e RS são os que lideram movimento de oposição

do Sul, onde os governadores de oposição lideram um movimento

ameaçado se o retorno desses financiamentos for menor do que o pre-

Bifurcação em 2005

- *Boom das commodities;*
- Pagamento do serviço da dívida;
- Insuficiência (rolagem elevada);
- Como aproveitar o momento?
 - Aprimorar a gestão para fazer mais de tudo;
 - Repensar o que o Estado deve e dá conta de fazer.



Ajustes de 2014 a 2020

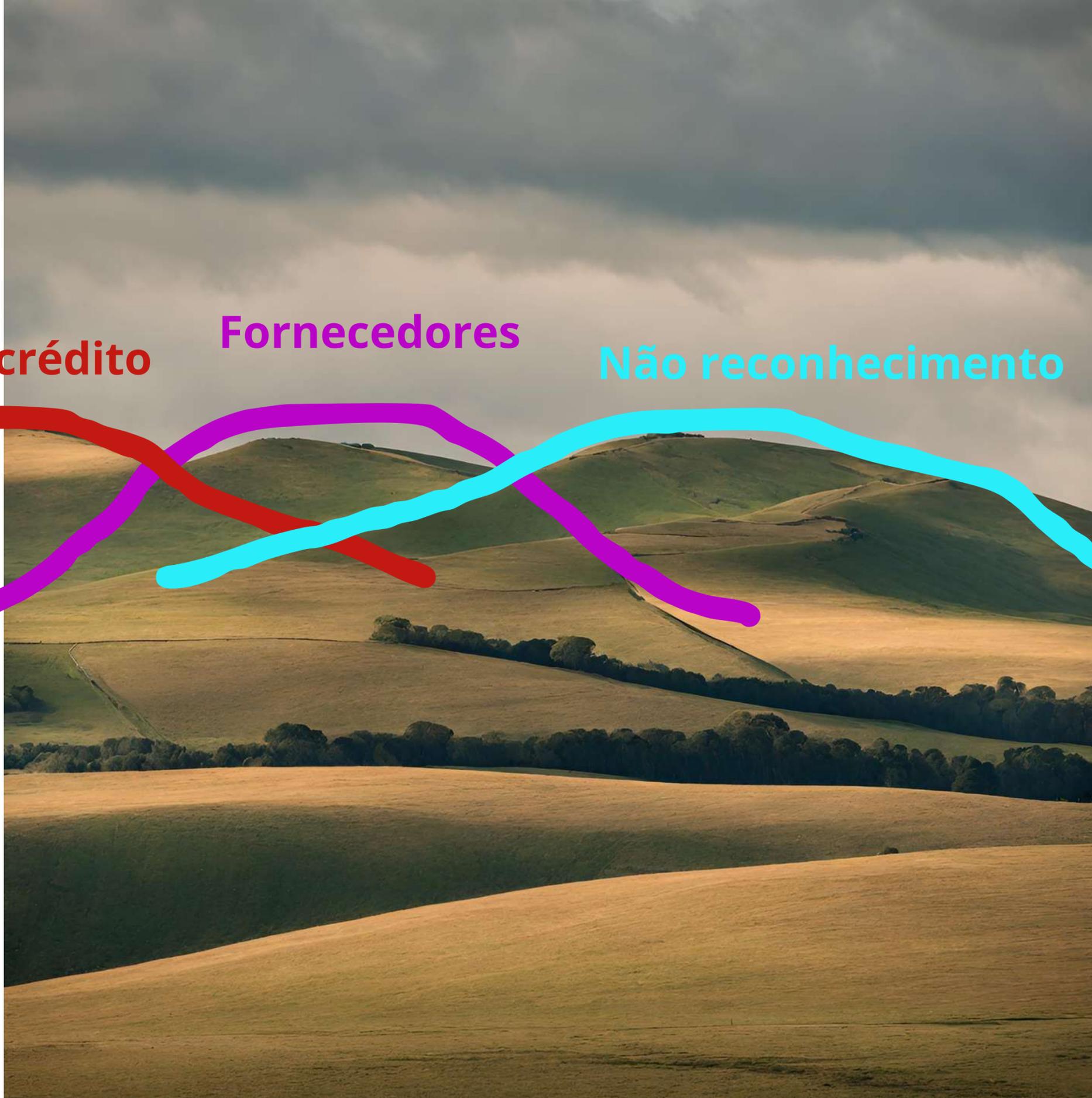
- **2014:** Substituição do critério de juros e atualização:
 - IGP-DI + 7,5%;
 - IPCA + 4% (limitado à SELIC);
- **2017:**
 - Redução extraordinária de parcelas;
 - Desconto de 5 bi (nominal);
- **2018:** Liminares ACOs:
 - Dinheiro no curto prazo (será?);
 - Estoque da dívida cresce.



Operações de crédito

Fornecedores

Não reconhecimento



Reflexões

- A dívida existe;
- Existem outras dívidas!
- **Qualquer que seja a decisão do presente, as gerações futuras serão impactadas**
- Redução de parcelas, isoladamente, resolve o problema?
- Mudar indicador resolve o problema?



Obrigado

Pedro Henrique Magalhães Azevedo
pedro.azevedo@tce.mg.gov.br

